

cad  
economia,  
p 2

SÉRGIO AMAD COSTA

Em determinados contextos, nem sempre o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) reflete uma melhora na condição de vida da população.



O Brasil, agora, é um exemplo disso. Sabese que o PIB mede a riqueza de um País. É o conceito que traduz o resultado de todas as atividades da economia. No Brasil o PIB tem crescido historicamente a uma taxa média de 6,5% ao ano. Aliás, a maior taxa de crescimento foi registrada em 1973, 14%. E em 1981 e 1983, pela primeira vez, as taxas foram negativas. Em 1988, o PIB ficou em 0% e, em 1990, em -4%.

O fato é que, embora no início dos anos 80 o PIB tenha sido negativo em dois anos muitos próximos, a crise econômica não foi tão profunda como a de agora, mesmo com o PIB apresentando melhores sinais do que os daquela época. Em outras palavras, em 1991 nosso PIB assinalou taxa positiva ligeiramente acima de 1%. E, tudo indica, neste ano ficará em torno dos 2%. Mas, apesar disso, a economia se mostra em pior estado, em termos globais, do que na recessão de 81 e 83.

Tal situação se deve a dois fatores básicos. Um deles diz respeito ao fato de que o PIB por si só não indica o potencial econômico da população. A riqueza média dos ha-

bitantes se verifica pela fórmula  $\text{PIB real} \div \text{população} = \text{PIB per capita}$ . Desta maneira, quando o PIB não cresce de modo correspondente ao aumento populacional, o que está havendo é um empobrecimento do País. Isso ajuda (não é a única causa) a explicar por que o salário real do brasileiro caiu cerca de 50% em relação a meados dos anos 80 e 18% ao início do governo Collor.

Outro fator diz respeito às incertezas da economia provocadas por um quadro de risco. O Brasil, desde 1986, viveu uma série de planos e choques que levaram os empresários à impossibilidade de planejamento a qualquer

Economia - Brasil

prazo. Entretanto, o mais radical foi o Collor 1 e com ele o PIB desabou.

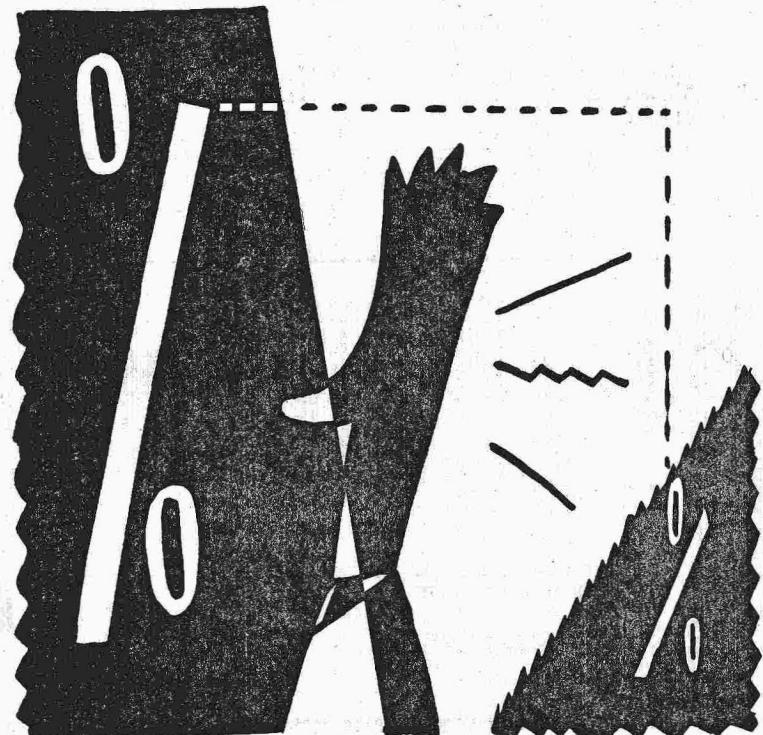
É neste quadro que se entende, ao observar a evolução da taxa trimestral do PIB desde março de 1990, o motivo que fez com que os piores momentos de recessão fossem nos períodos março/junho de 90 e janeiro/março de 91. O primeiro absorveu o impacto de um plano radical e o segundo período amorteceu o impacto de um choque (Plano Collor 2) não tão violento, porém provocado pela mesma equipe que havia elaborado o Plano Collor 1 e, por isso mesmo, transmitia, à sociedade, expectativas de medidas tão

drásticas quanto as adotadas em março de 1990.

A consequência desses planos "mirabolantes" foi a ampliação das incertezas na economia, aumentando o quadro de risco. E, por esse motivo, mesmo com o crescimento do PIB em 1991, nenhuma melhoria, na prática, foi verificada no País. Percebeu-se, apenas, que o fundo do poço ainda não havia sido atingido.

Agora, em 1992, as projeções apontam para um novo crescimento do PIB, porém a situação econômica não dá margem a festejos. Observada friamente, ela é péssima devido às incertezas provocadas pela política. Além disso, não há sinais de queda nos níveis de desemprego, o poder aquisitivo da população permanece baixo e os investimentos externos não acontecem. Temos, por fim, um equilíbrio macroeconômico de alta inflação que é extremamente instável, aumentando ainda mais o quadro de risco.

O fato é que as incertezas estão aí e qualquer novo choque poderá gerar efeitos nefastos em algumas reformas estruturais já preconizadas pela atual equipe, assim como inviabilizar a proposta de ajuste fiscal que deve ser a prioridade absoluta. Neste contexto nota-se que nem sempre crescimento do PIB se traduz em melhores dias para o País. Às vezes, tais porcentagens não passam de mera ilusão estatística.



■ Sérgio Amad Costa é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FGV-SP.